

AS REDES SOCIAIS COMO UM ESPAÇO PÚBLICO EDUCADOR

Andrea Brandão **Lapa** – UFSC

Isabel Colucci **Coelho** – UFSC

Simone Leal **Schwertl** – FURB

Agência Financiadora: CAPES/CNPQ

Resumo

Este artigo visa refletir acerca da formação crítica nas redes sociais. A ação política desencadeada nos últimos eventos ativistas apontam uma revitalização política e podem indicar elementos necessários para a formação de sujeitos. A atualização de conceitos clássicos como democracia, ação política e esfera pública são requisitos de uma cidadania na cultura digital. A pesquisa apresentada traz a identificação de fatores e circunstâncias oriundos da ressignificação destes conceitos à luz dos desafios contemporâneos das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, especialmente através da apropriação das redes sociais por novos movimentos sociais. Haver uma esfera pública que se configure como um espaço híbrido (online e off-line) e seja um espaço de aparência para os sujeitos são circunstâncias que contribuem para a formação crítica. E alguns fatores importantes são o agir comunicativo nas trocas discursivas, a convivência da pluralidade e a imprevisibilidade da ação. Tais elementos que foram identificados devem ser considerados nas práticas educacionais, formais e não formais, que pretendem se apropriar das redes sociais para uma educação crítica e emancipadora no contexto da cultura digital.

Palavras-chave: mídia-educação; redes sociais; esfera pública; ação política; democracia

AS REDES SOCIAIS COMO UM ESPAÇO PÚBLICO EDUCADOR

APRESENTAÇÃO

A discussão em torno do papel das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) nas mudanças sociais contemporâneas se estende, em sua penetrabilidade e

complexidade, desde a difusão dos aparatos eletrônicos analógicos até a popularização dos dispositivos móveis digitais e das novas plataformas de comunicação. A chamada WEB 2.0, que fez da internet principalmente um lugar de interação entre seus usuários (PRIMO, 2007), conflui e abriga relações *online* e *off-line*. É fluído de agenciamentos coletivos, manifestações artísticas e políticas, circulação de saberes e tantas outras formas de interação socioculturais. Seja com um uso Individual ou coletivo, esses novos meios exigem autonomia e protagonismo das pessoas e o grande desafio para a Educação parece ser o de compreender a diluição dos tempos e dos espaços, das autoridades e hierarquias e da autonomia dos sujeitos frente às TDIC.

Em uma primeira aproximação, o debate se divide entre entusiastas e céticos. Os entusiastas (tecnófilos), que defendem as virtudes morais, cívicas e econômicas da cultura digital, e de outro lado os céticos (tecnófobos), que acusam as TDIC de corromper a sociedade e enfraquecer a política, porque as "máquinas" (celulares, computadores) afastam as pessoas e as retiram dos contatos face a face, que são tidas como as "boas" relações sociais porque são "reais". Enquanto entusiastas celebram o poder da tecnologia de renovar a vida política, cultural e cívica, de liberar populações oprimidas, incluir os explorados e marginalizados (RHEINGOLD 1993; BENKLER 2006; SHIRKY 2011), os céticos denunciam a trivialização da política e da cultura, a desumanização das relações e o esfacelamento do tecido social (KEEN 2007; TURKLE 2011).

Porém, esse tratamento binário pouco tem a contribuir. Ignora os diversos tons intermediários da questão e simplifica o que, todavia, nunca deixará de ser complexo. Uma abordagem mais adequada pode ser encontrada em Rüdiger (2011), que propõe uma via alternativa à luz da Teoria Crítica: o cibercriticismo. Uma brecha de possibilidade nas determinações dadas por uma racionalidade com intenção hegemônica, que reconhece tanto a necessidade de consciência da imposição de condições restritivas dadas pelos meios técnicos como a importância da comunicação no desenvolvimento de novas formas de associação e solidariedade para o surgimento de uma sociedade mais livre (HORKHEIMEIR, 1972; KELLNER, 1989). Alerta que para evitar a condenação de tecnófobos e a celebração ingênua dos tecnófilos “a cibercultura precisa ser vista em sua ambivalência” (RÜDIGER, 2011, p. 69).

Compactuamos com o cibercriticismo por escolhermos uma ênfase no sujeito social e na sua capacidade de ação para a transformação. A ação política como a condição

humana que situa o indivíduo em um mundo já existente antes da sua chegada e o coloca em condição de estar nesse mundo comum em ação e discurso (ARENDR, 1993), é o ponto chave da nossa preocupação. E questionamos: quais são as formas da ação política possíveis nos espaços de interação social da Web 2.0? Procuramos compreender como as pessoas se comunicam e se articulam, e se, através destes novos modos de interação social, formam vínculos, negociam as suas diferenças, constroem consentimentos, se organizam e agem pela transformação social. Esta abordagem nos parece mais interessante por buscar possibilidades de fortalecimento do sujeito no contexto da cibercultura que passa, necessariamente, por uma melhor compreensão de como os indivíduos agem politicamente nas redes sociais.

O foco no sujeito, contudo, não se apresenta simples também. No debate sobre o declínio do civismo e da cultura política há, primeiro, a culpabilidade dos próprios jovens. Os discursos que acusam a Internet de banir a vida civil (quanto mais tempo as pessoas passam em frente às telas, menos se engajam em relações sociais face-a-face vistas como o pré-requisito para a participação civil significativa). E, por outro lado, os discursos otimistas que defendem que a Internet, por si, pode promover uma cidadania mais inclusiva e participatória (especialmente entre minorias excluídas). Ambas parecem ancoradas em uma compreensão simplista do que significa civismo e prática política na atualidade. Banaji e Buckingham (2013) também propõem evitar o tratamento dual e apontam que para engajar novamente os jovens na política e na vida civil precisamos achar novos meios de comunicação que transcendam os limites da política tradicional. Porque talvez haja novas formas de política e cultura cívica em desenvolvimento que envolvem modos mais informais de participação e ação coletiva e que podem acabar por mudar os conceitos tradicionais de política e civismo que têm baseado nossas leituras dos movimentos sociais até então.

Então, problematizamos: qual a qualidade da ação política mediada por TDIC? O que caracterizaria a Internet como um espaço público democrático? Inseridos neste problema, temos o objetivo de identificar em nosso referencial teórico fatores e circunstâncias que propiciam a ação política e o empoderamento de sujeitos com o objetivo que de potencializar sua existência, especialmente em contextos educativos.

A EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL

O que temos visto é que as redes sociais desestabilizam a capacidade que alguns grupos da sociedade possuem de influenciar, dominar e comandar a vontade e as escolhas de outros grupos, de modo que o novo contexto da cultura digital questiona e desloca as relações de poder constituídas (CASTELLS, 2013). Tanto melhor é que, enquanto criam novos espaços de possibilidade de ação democrática e cidadã, os usos atuais das redes sociais também parecem promover o empoderamento de cidadãos, que se caracteriza pela oportunidade no qual os destituídos de poder se fortalecem e ganham domínio sobre seus assuntos pessoais. Isto é: adquirem a capacidade para acessar informações e recursos, ganham a habilidade de articular suas próprias histórias, influenciam os problemas políticos que lhe dizem respeito, ampliam a confiança e a autonomia para fazer escolhas livres e significativas, traduzindo-as em ações e resultados que afetam suas vidas e da comunidade em que vivem (FORTUNATI, 2014). Um exemplo está nas Jornadas de junho 2013 no Brasil, em que as manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre e alastradas por todo o país impediram o aumento das tarifas de transporte público e mobilizaram milhões de pessoas nas ruas e nas redes.

Por outro lado, nunca se assistiu tão livremente à expressão do ódio. O fomento à segregação, ao racismo e à discriminação, por exemplo, chegam a tensionar o limite dos direitos humanos. O ódio, antes restrito a círculos privados, é difundido e viralizado nas redes sociais de modo a amplificar as reações positivas e negativas, agregando seguidores e promovendo reações desproporcionais a fatos que ganharam notoriedade sem lastro concreto que o valha. Não obstante, se repercutem fora da web, com perseguição e violência na vida cotidiana (como o caso da ameaça de morte de Sakamoto¹ e o linchamento virtual de Alicia Lynch²).

É claro que a educação joga um importante papel na construção e manutenção do empoderamento do cidadão. Por um lado há os limites colocados por um sistema de ensino engessado, que determina os conteúdos das escolas em parâmetros curriculares nacionais, padroniza processos a partir da standardização de avaliações tanto da aprendizagem como do ensino, fato que não pode ter uma abordagem romântica e inocente. Por outro lado, há visões mais otimistas que reconhecem que este controle e reprodução de uma sociedade pouco justa e igualitária não acontece sem resistência, e que, de fato, existem muitas ações educativas emancipadoras que acontecem nas

¹ <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/17/porque-fechei-meu-blog-para-comentarios-2/>

² http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/27/tecnologia/1427463790_681602.html

brechas desta estrutura com intenção hegemônica. Portanto, há aí uma possibilidade dada por professores que são sujeitos e assumem seu papel como intelectuais orgânicos, que transmitem valores opostos aos da competição, que desestabilizam seus estudantes para além das liberdades individuais e os assentam dentro das implicações sociais que desafiam a sua existência em um mundo compartilhado.

Obviamente estas ações não ocorrem sem conflito. Há muito tempo Hannah Arendt já alertou que a educação não poderia dar origem a um novo projeto de ordem social, posto que tem como função principal apresentar o mundo velho ao indivíduo que é novo, em um processo contínuo entre gerações (ARENDR, sd.). Entende que o melhor que a educação pode fazer pela ação política é formar jovens aptos a encontrarem seu lugar no mundo, para nele *começarem algo*. Assim, a escola deve promover uma leitura crítica do mundo sem definir de antemão o projeto de futuro, este sim a cargo da nova geração na sua inserção no mundo.

Mas estaria a escola preparada para abrir mão do controle sobre o processo de ensino e aprendizagem? Ainda segundo a autora, “a imprevisibilidade decorre diretamente da história que, como resultado da ação, se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O problema é que, seja qual for o caráter e o conteúdo da história subsequente (...) seu pleno significado pode se revelar apenas quando ela termina” (ARENDR, 2013, p. 240). Nesta perspectiva, a escola poderia reconhecer o futuro em processo, como um devir, que depende destes novos sujeitos como autores de suas próprias histórias. Seria outra educação, distinta da realizada pelo atual sistema de ensino, com ou sem TDIC.

Talvez por esta razão, Illich (1971) tenha proposto a “desescolarização da sociedade”. O autor argumentava que a escola tradicional se prestava mais a estimular as desigualdades sociais especialmente em países pobres, pois marginalizava aqueles que não conseguiam acompanhá-la. Mais recentemente, Nóvoa (2014) também utilizou o termo ao reconhecer diversos espaços formativos sociais e culturais que emergem com a Web 2.0. Destacamos um termo interessante que ele apresenta: o *espaço público educacional*, onde várias instituições e lugares assumem a sua responsabilidade na educação. Nesta perspectiva, as práticas comunicativas nas redes sociais se legitimam como uma alternativa fértil.

No entanto há aí um descompasso entre escola e o contexto da cultura digital em que as crianças e jovens estão inseridos hoje. Enquanto as escolas permanecem como o cenário

adequado para a aprendizagem de conteúdos, a vida real segue vibrante nas redes sociais. Crianças e jovens passam mais tempo na internet do que na escola. De acordo com relatório TIC Kids Online Brasil 2012, publicado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2013) 26% dos jovens de 13 a 16 anos de idade chegam a utilizar a Internet mais de 4 horas em um dia de semana, sendo que nos finais de semana a utilização diária da Internet é mais intensa. A pesquisa também aponta que mais de um terço menciona usos da Internet associados ao entretenimento (jogos, música e comunicação) como a prática mais frequentes e as atividades relacionadas com aprendizagens escolares aparecem em posição secundária.

Parece mesmo um contrassenso assumir que estes novos espaços midiáticos não desempenham um papel educador na cultura digital. Esta compreensão foi anunciada por Bartolomé (2011, p. 18) quando disse que “*de una escuela en la Web de mediados de los noventa, rápidamente se pasó a comprender que la ‘Web era la escuela’*”. Web e escola estão inevitavelmente imbricadas no contexto atual do aluno. Por esta razão sugerimos transcender uma visão de oposição, que, apesar de comum, seria restrita e reducionista da mídia-educação. De um lado buscar a contribuição da web no ensino formal das escolas, utilizando as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) como conteúdo e como ferramenta pedagógica. E de outro, pensar que a Web, em si, pode promover a educação emancipadora que desejamos, como um espaço livre apropriado criticamente e criativamente por sujeitos autônomos. Pensar a sinergia entre web e escola tem como ponto de partida, para nós, compreender as contribuições dos usos políticos feitos nas redes sociais por movimentos ativistas e buscar formas de apropriação crítica destes fatores e circunstâncias em *espacios públicos educativos*.

Portanto, temos como pressuposto que a Web não é um espaço outro, e concorrente, da escola. O contexto atual é um híbrido de espaços e relações *online* e *off-line*. Nesta perspectiva, buscamos identificar fatores e circunstâncias relevantes para a ação política e o empoderamento nos espaços sociais da internet. Uma investigação que tem como objetivo contribuir para a formação de professores e educadores que visem a uma educação emancipadora, dentro ou fora da escola. E, conseqüentemente, fortalecer e ampliar os espaços de possibilidade desta formação na cultura digital.

OS DESAFIOS À DEMOCRACIA NA CULTURA DIGITAL

Na teoria política contemporânea que prevalece nos países democrático-liberais, as definições de democracia tendem a se esgotar a um conjunto de regras (BOBBIO, 2010), tais como: a existência de um órgão político máximo responsável pelas funções legislativas e outras instituições com dirigentes eleitos para atuarem junto a ele; a inclusão de todos os cidadãos maiores de 18 anos como eleitores, sem distinção de sexo, raça, religião; a não limitação de direitos de minorias em função da vontade da maioria. No entanto, Bobbio identifica a questão central que faz da democracia atual um instrumento que distancia as pessoas da vida política: "todas estas regras estabelecem como se deve chegar à decisão política e não o que decidir" (Idem, p. 327).

Assim chegamos à questão da importância da comunicação, da ênfase nos processos comunicativos para debater e resolver "o que decidir", para além da organização institucional que garante as formas de "como chegar à decisão". Por esta razão, parece mais adequado o modelo deliberativo, que seria uma política dialógica, realizada por meio de uma política instrumental, em que as formas de comunicação institucionalizadas garantam a negociação de conflitos e busca de consenso, onde "seria preciso revitalizar a esfera da opinião pública até o ponto em que uma cidadania regenerada pudesse (re)apropriar-se, na forma da autogestão descentralizada, do poder burocraticamente autonomizado do Estado" (HABERMAS, 1995, p. 46).

Neste modelo, é imprescindível a existência de um espaço de diálogo permanente entre os entes de uma sociedade para que haja democracia, pois os cidadãos configuram um corpo público quando se comunicam de maneira irrestrita sobre assuntos de interesse geral. Por isso a Teoria da Ação Comunicativa (Idem, 1994, 1997) continua atual, ao insistir nas qualidades dialógicas da comunicação humana onde os processos de fala e a audição são compartilhados em busca de uma compreensão recíproca, um consenso. O diálogo surge como uma possibilidade de organização do espaço público, denominado pelo autor de esfera pública: um espaço de livre acesso, onde as pessoas podem debater e desenvolver argumentos sobre questões da vida comum.

A nossa compreensão de democracia também representa a luta dos sujeitos contra a lógica dominadora dos sistemas sociais. A forma com que os sujeitos se apropriam da organização institucional para negociar suas diferenças em esferas públicas organizadas segundo uma autogestão descentralizada, baseadas, claro, em processos comunicativos.

Um caráter particular e específico da modernidade latino-americana é a demanda de subjetivação, de afirmação e reconhecimento de aspectos culturais e de identidade

peçoal e social (TOURAINÉ, 1994), de maneira que a democracia seja pensada como uma das dimensões da constituição do sujeito em ator social. Na sequência, “a democracia deve tratar de seguir dois caminhos: por um lado, criar espaços para a participação cada vez mais perceptíveis e, por outro lado, garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo” (GADEA e SCHERER-WARREN, 2005, p. 41). Os autores alertam que a formação dos movimentos sociais depende, assim, de elementos formadores de atores e promoveriam o importante diálogo entre democracia e sujeito social, já que a ampliação de um significa a ampliação do outro.

Esta reflexão nos conduz a uma centralidade do *sujeito* e sua formação. O sujeito é aquele indivíduo capaz de subjetivar sua vivência, instituir sentidos, elaborar conceitos, ideias e teorias. O indivíduo (o singular) só vai encontrar fundamento para a sua força de criação e luta por libertação na sua formação em sujeito, que é capaz de agir conscientemente e que, ao dominar sua obra, adquire valores que o penetram. Indivíduos sociais dotados de uma cultura que assumem o duplo papel de produto e produtor da sociedade em que vivem. Significa ter vontade de atuar no mundo mais do que permitir ser determinado por ele, onde sua liberdade será construída na alteridade, na sua relação com o outro, que deve unir seus dois universos: o universal e o particular (TOURAINÉ, 1994).

Por esta razão apostamos na comunicação e na constituição de espaços públicos como esferas democráticas de negociação das diferenças com vistas à convivência social e à formação do sujeito nesse processo. Temos como um pressuposto que os espaços públicos são um espaço possível para a existência do sujeito e sua formação para a ação política no mundo em que vivem. No mundo contemporâneo, um espaço público que merece destaque são as redes sociais, que devem ser estudadas no seu potencial de serem (ou se tornarem) esferas públicas, portanto, espaços de possibilidade para a formação do sujeito.

AS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

A noção de redes sociais já foi bastante tratada nas ciências humanas antes da Web 2.0 e se referia a “uma comunidade de sentido, na qual indivíduos, sujeitos/atores ou agentes sociais são considerados como *nós* da rede ligados entre si pelos seus *laços de afinidade*, que compreendem tipos de interação com certa continuidade, estruturação e

frequentemente em um espaço delimitado” (SCHERER-WARREN, 2012, p. 129). A abordagem que recortamos tem como ponto de partida analisar a realidade social a partir das relações sociais e defende que as TDIC são elementos facilitadores da difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos (nós da rede), mas não são as únicas formas de ação, nem a principal, dos movimentos sociais. O que implica na interação entre cenários da vida cotidiana e do ciberespaço que transcendem a visão simplificadora da oposição binária entre mundo real e mundo virtual.

Ao recorrer à história dos movimentos sociais, Castells (2013) relembra que estes sempre dependeram da existência de mecanismos de comunicação que determinam as características organizacionais do próprio movimento e considera que os movimentos sociais em rede na era digital representam uma nova espécie. Isso por conta do potencial interativo e autoconfigurável das novas TDIC, que por sua vez viabilizam movimentos sociais com uma organização menos hierárquica e com dimensões de participação jamais vistas na história da humanidade. A probabilidade de formação de um processo de ação coletiva arraigado na indignação, propellido pelo entusiasmo e gerado pela esperança é potencializada pela rapidez e interatividade dos processos de comunicação.

Para o autor, os movimentos sociais que estão presentes nas redes sociais surgiram do sonho de reinvenção da democracia e está aí seu verdadeiro espólio. A mudança cultural causada por sua ação está na possibilidade das pessoas encontrarem maneiras de administrarem coletivamente suas vidas em conformidade com os seus princípios, que em geral são refutados em sua experiência cotidiana. Nas palavras do autor: “O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver” (CASTELLS, 2013, p. 177).

A interferência da mídia na política se complexifica uma vez que outras formas de diálogo descentralizado passam a acontecer na Internet. Se antes a teoria crítica apontava a mídia como uma ameaça para a democracia, a pergunta colocada agora é "como a teoria poderia dar conta desta guinada sobre uma tecnologia, a Internet, que aparentemente promove o discurso descentralizado?" (POSTER, 2001, p. 266). Estudos posteriores como o de Reinghold (2007) e especialmente o de Benkler (2006) que cunhou o termo *esfera pública interconectada*, afirmam que sim, a Internet poderia se constituir em uma esfera pública no sentido habermasiano.

No entanto, uma vertente mais cética diz que a internet não se constitui como espaço de decisão e, portanto, não pode ser compreendida como uma esfera pública. É certo que

estão presentes todas as características de uma esfera pública, porém não de maneira plena, como ser universal, acessível, permitir liberdade de expressão e participação fora das instituições políticas tradicionais (BUCHSTEIN, 1997). Fatores que agravam este cenário seriam a ausência de conhecimento específico sobre temas políticos por parte de cidadãos leigos, o acesso restrito às novas tecnologias, bem como a modificação da natureza da esfera pública, que agora não se dá mais face a face.

Uma leitura mais aprofundada entre ambas pode vir a identificar uma certa ação política na interação social que acontece nas redes virtuais. A aposta é de que a Internet pode ajudar a vitalizar a cultura cívica em esferas públicas informais, e que estas podem ter um papel modesto, porém relevante, no que Dalghren (2004) vai chamar de pré-condições para uma identidade cidadã e compromisso em esferas públicas promovidos por novas formas de participação *online*.

“Dizer que a política surge do diálogo pode parecer mágico, mas há, de fato, uma sociologia sutil a ser elucidada aqui. Bakardjieva (2010) usou o termo subativismo para descrever uma forma de preparação cívica entre as pessoas em momentos da vida cotidiana, onde as normas são questionadas, desafiadas e negociadas, onde horizontes morais são aplicados ao mundo social, onde as questões de justiça são levantadas antes do político vir à tona ou quaisquer ligações com a política sejam feitas. Pode não ser sempre fácil determinar empiricamente quando o subativismo se transforma em política ou se desvia para a política de pleno direito, mas perseguir o desafio vai, sem dúvida, aumentar a nossa sensibilidade para as sutilezas que a participação abrange” (DALGHREN, 2011, p. 10).

A questão chave é: se a internet não se configura em um espaço público, como poderia vir a ser? Novamente sem uma compreensão que assuma os espaços da internet separados dos tradicionais, como as praças, instituições, assembleias e associações deliberativas da ação democrática. Hoje atuamos em espaços híbridos onde *online* e *offline* se complementam e as redes sociais são espaços sociais de ação política democrática. Portanto, a questão de destaque seria identificar fatores e circunstâncias necessários para que as redes sociais pudessem ser utilizadas como espaços que participam e contribuem para a configuração de esferas públicas na contemporaneidade. Estes elementos que promovem a ação política transformadora contribuem para a formação crítica de sujeitos e deveriam estar presentes em uma educação que vise ser emancipadora.

AÇÃO POLÍTICA, UMA CONDIÇÃO HUMANA TAMBÉM NAS REDES

Em um processo educativo libertador, o que se pode pretender é que os sujeitos se encontrem para a pronúncia do mundo, mas, sobretudo, para a sua transformação. Portanto, não basta promover a consciência do quê e como da alienação no mundo contemporâneo, mas almejar a práxis verdadeira de transformação dessa realidade, aí, sim, revolucionária. A ação política.

Hannah Arendt (1993) contribui aqui também pois busca as origens e o exercício de uma ação pura, no estágio anterior aos seus desdobramentos no que chama de “teia preexistente de relações humanas”, onde todos os atos e falas praticados estão, obrigatoriamente, inseridos. Agir, sem seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (do grego *archein*), ou, imprimir movimento a alguma coisa (do latino *agere*). Para a autora, nas sociedades modernas há uma separação destes dois sentidos: a ação passou a estar vinculada à realização, enquanto o processo iniciador da ação ganhou o sentido de liderar e governar, e não de *agir*. Assim, argumenta, dividiu-se a função de dar ordens e a de executá-las, criando uma cisão da ação não mais em dois momentos, mas entre dois tipos de sujeitos: líderes e súditos.

A pergunta seria o quanto a Internet permitiria a união de *archein* e *agere*. Já discutimos como as redes sociais têm propiciado reconfigurações nas relações de poder e também como a sensação de liberdade tem produzido tanto novas formas de ação política transformadora como a expressão do discurso de ódio e da naturalização de atitudes segregacionistas e violentas. O alerta já postulado pela Escola de Frankfurt e que deve sempre estar nos horizontes das análises que se pretendam críticas seria o reconhecimento da não neutralidade dos meios e a consciência de novas formas de alienação que aconteceriam através destes. Isto é, reconhecer as estratégias de manipulação e dominação nas redes sociais e buscar, ali também, formas alternativas de usos que pudessem promover a liberdade.

Voltamos, assim à centralidade dos sujeitos e suas formas críticas e criativas de apropriação das TDIC. E, decerto, à relevância de sua formação, a começar pela identificação e reconhecimento de fatores e circunstâncias para promover esta qualidade de ação política nas redes sociais.

Outro importante conceito para a nossa compreensão do espaço público é o espaço de aparência (ARENDT, 2013). Para a autora, ele "passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal do domínio público" (Idem: 249). Este espaço constitui um lugar de aparecimento aos outros e dos outros a si e jamais perde seu caráter potencial e efêmero. Já que o mundo comum acabaria se fosse visto a partir de uma única perspectiva ou aspecto, ela chama a atenção para a importância da pluralidade do espaço de aparência, para que o domínio público possa acolher e permitir a ação de representantes de diferentes pontos de vista de uma sociedade.

A pluralidade "é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá" (ARENDT, 2013, p. 10), portanto, como a possibilidade de aparência da distinção e da unicidade de cada pessoa revelada pelo discurso em um espaço público. O que se diria da existência de pluralidade hoje, com a difusão da Internet e a possibilidade de que indivíduos sejam emissores além de receptores? Se por um lado a Internet permitiu a difusão de discursos alternativos, por outro lado criou outros desafios, como a possibilidade de encontro com o outro, as relações criadas e mantidas com o distinto, o convívio do plural, o uso do discurso para a negociação da diferença, a busca de um mundo comum. Isto é, os desafios de uma apropriação dos espaços públicos de interação social da internet como esferas públicas de ação política.

FATORES E CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA

As TDIC e seus espaços de interação não determinam um fim, seja pela democratização ou pela desestabilização, em que pesem as premissas de entusiastas e céticos. Ainda estão sendo definidos o que os sujeitos, coletiva ou individualmente, decidem fazer com essas ferramentas, quer na condição de produtor quer na condição de audiência, bem como os tipos de cultura que produzem e compartilham por esses meios e em torno deles. Nesse sentido, nos debruçamos na compreensão de alguns elementos que devem estar presentes para que as interações ocorridas em redes sociais da internet possam se configurar como um espaço público educador. A seguir nos Quadros I e II são apresentados e definidos os Fatores e as Circunstâncias que emergiram do estudo teórico apresentado.

Quadro 1 - Circunstâncias

CIRCUNSTÂNCIAS		
Caracteriza um fato ou uma situação, conjuntura ou contexto. Situação auxiliar ou detalhe complementar que define um acontecimento.		
Categoria Analítica	Conceito	Indicadores
Esfera Pública	<p>Espaço de livre acesso, onde as pessoas podem debater e desenvolver argumentos sobre questões da vida comum, recuperando o poder do debate público, pelo diálogo, pelo entendimento, pelo consenso discursivo. Espaço comunicativo onde acontece a negociação das pessoas por um consenso acerca da vida em comum (que pode ser acessado por todos, de trocas comunicativas não coercitivas que visam um entendimento comum). (HABERMAS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso livre e público; - Trocas comunicativas não coercitivas; - Interação pelo diálogo.
Espaço de Aparência	<p>Espaço pré-domínio público onde os homens fazem explicitamente seu aparecimento, uns aos outros, como seres atuantes visíveis e audíveis, em relação pelo discurso. Desvelamento do agente no ato. (ARENDR)</p> <p>A aparência mediada, a visibilidade do outro, o estrangeiro, a capacidade de diálogo e manifestação de discórdia, a presença de pontos de vista alternativos, de discursos conflitantes e concorrentes, de histórias, imagens e performances. (SILVERSTONE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recurso de comunicação bidirecional; - Desvelamento dos sujeitos (revelação pessoal pelo próprio discurso); - Presença de pontos de vista alternativos.
Espaço Híbrido (Rede +Rua)	<p>Redes sociais <i>online</i> e <i>off-line</i>. Base dos movimentos no espaço urbano, mas existência contínua pelo espaço livre da internet. Interação do espaço de fluxos da internet com o espaço dos lugares ocupados visados em protestos. Híbrido de cibernética e espaço urbano que constitui um terceiro espaço, de autonomia. (CASTELLS)</p> <p>Ecologia complexa que agrega dispositivos de conectividade, cidades, corpos e informações digitais (Big data), por meio de diferentes tipos de atores e de interações. Sem distinção entre mundo 'real' e mundo 'virtual'. (DI FELICI).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manifestação nas redes sociais e nas ruas; - Presença, nas redes sociais, de conteúdos de referências espaciais <i>offline</i>.

Quadro 2 - Fatores

FATORES Qualquer elemento que contribua para a obtenção de um resultado. Quem realiza alguma coisa.		
Categoria Analítica	Conceito	Indicadores
Pluralidade	Constitui o público. Acolhimento da singularidade dos sujeitos em condições de igualdade. Tem duplo aspecto: Igualdade – todos somos iguais Distinção – a unicidade de cada pessoa revelada pelo discurso e pela ação. (ARENDR)	Espaço compartilhado de troca de ideias (igualdade) (seres atuantes visíveis e audíveis); - Diversidade de perspectivas no debate (distinção); - Acolhimento no grupo (e apoio de autoridades) de perspectivas diversas que são incluídas no debate.
Agir Comunicativo	Não há um objetivo a ser alcançado, senão o de um acordo entre os sujeitos participantes da ação, ou seja, todos os agentes envolvidos no diálogo são considerados habilitados para interferir no curso do processo que se trava. Além disso, eles estão dispostos a atingir esses objetivos mediados pela definição da situação e da escolha dos fins assumindo o papel de falantes e ouvintes, que falam e ouvem através de processos de entendimento. A linguagem não é utilizada como meio para transmissão de informações (agir estratégico), mas como fonte de integração social (agir comunicativo). (HABERMAS)	Motivação para o entendimento; - Linguagem utilizada como fonte de integração social (busca de diálogo, troca – para gerar o debate que leva ao acordo); - Troca argumentativa entre as mensagens publicadas; - Busca de construção de um sentido comum, não apenas exposições individuais.
Imprevisibilidade da Ação	Aceitar não se saber, de antemão, qual será o resultado do diálogo, o produto da discussão. O resultado da ação se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O pleno significado do caráter e do conteúdo da história subsequente pode se revelar apenas quando a ação termina. (ARENDR)	- Não haver condução estratégica do diálogo. - Não haver objetivo pré-definido, apenas o de chegar a um consenso.

CONSIDERAÇÕES

Segundo a perspectiva da mídia-educação, de que um sujeito formado para a apropriação crítica e criativa das tecnologias pode subverter a lógica da técnica, defendemos que professores, que são sujeitos formados criticamente e não atuam como meros reprodutores, são capazes de encontrar as brechas de ação no sistema e configurar, assim, um espaço de possibilidade de transformação. Claro, em uma perspectiva otimista, cibercriticista como a que propomos.

Identificar fatores e circunstâncias que possibilitam a formação crítica do sujeito em espaços não formais de ensino, pode ajudar professores que se veem como intelectuais orgânicos e que buscam a sua prática em uma educação para a liberdade experimentar uma apropriação crítica e criativa das redes sociais da Internet em suas práticas na educação formal.

Este artigo apresentou uma reflexão acerca de conceitos-chave como democracia, ação política e redes sociais à luz do contexto contemporâneo da mediação tecnológica e do net-ativismo nas redes sociais. Buscou identificar fatores e circunstâncias relevantes para a formação crítica de sujeitos, dos quais destacamos:

- a. Esfera pública: espaço onde acontece a negociação das pessoas por um consenso acerca da vida em comum;
- b. Espaço de aparência - onde os homens fazem explicitamente seu aparecimento, uns aos outros, como seres atuantes visíveis e audíveis, em relação pelo discurso.
- c. Espaço Híbrido: redes sociais *online* e *off-line*, misto de cibernética e espaço urbano que constitui um terceiro espaço, de autonomia.
- d. Pluralidade: singularidade dos sujeitos em condições de igualdade.
- e. Agir comunicativo: diálogo onde sujeitos assumem o papel de falantes e ouvintes em processos de entendimento e consenso.
- f. Imprevisibilidade: indeterminação do caráter e do conteúdo da história.

Este estudo servirá tanto para orientar educadores em suas práticas quanto para uma seguinte etapa de pesquisa que se dará na análise de movimentos ativistas nas redes sociais.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **A Condição Humana**. – 11. Ed- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1993.

_____. A crise na educação. **Gestão Escolar**, s.d. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf . S/d, último acesso em 28 de outubro de 2014.

BAKARDJIEVA, M. The Internet and subactivism: cultivating young citizenship in everyday life. In OLSSON, T. E DALHGREN (eds). **Young People, ICTs and Democracy: Theories, Policies, Identities, and Websites**. 2010, p. 129-146.

BARTOLOMÉ, A. Comunicación y aprendizaje en la Sociedad del Conocimiento. *Virtualidad, Educación y Ciencia*, No 2 (2), 2011, p. 9-46.

BENKLER, Y. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Yale University Press - New Haven and London, 2006

BOBBIO, N.; MANTTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 1998. 2010.

BANAJI, S.; BUCKINGHAM, D. **The civic web: young people, the Internet and civic participation**. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation series on digital media and learning. MIT Press, Cambridge, MA, USA. ISBN 9780262019644 (October 2013) 240 pp.

BUCHSTEIN, H. **Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy**. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução MEDEIROS, C.A. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DALHGREN, P. Reinventing Participation: Civic Agency and the Web Environment. In: **Comunicazione E Civic Engagement**. Istituzioni, Cittadini E Spazi Pubblici Nella Postmodernità. Sapienza Università Di Roma. Dipartimento Di Comunicazione E Ricerca Sociale, September 22-23, 2011, p. 1–20.

_____. **Civic cultures and net activism**: modest hopes for the EU public sphere. Conference on One EU - Many Publics? At University of Stirling, 5-6 feb. 2004

DI FELICE, M. Ser Redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Revista Matrizes**. São Paulo, v. 7, n.2, jul/dez, 2013, p. 49-71.

FORTUNATI, L. Media Between Power and Empowerment; Can we resolve the dilemma? **The Information Society**, 30: 169-183, 2014.

GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, I. A Contribuição de Alain Touraine para o debate sobre o sujeito e democracia latino-americanos. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1994.

_____. **Teoria y práxis**. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

_____. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, 1995.

HORKHEIMER, M. **Critical theory**. London: Continuum International Publishing Group, 1972.

ILLICH, I. **Deschooling Society**. New York: Harper and Row, 1971.

KEEN, A. **The cult of the amateur: how today's internet is killing our culture**. Nova York: Doubleday/ Currency. 2007

KELLNER, D. **Critical theory, marxism and modernity**. Cambridge: Polity/John Hopkins University Press, 1989.

NÓVOA, A. Nada será como antes. **Revista Pátio – Ensino Fundamental**. O futuro da sala de aula (entrevista) n. 77. Porto Alegre . Ed. Artmed Nov. 2014. Disponível em : <http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/10938/nada-sera-como-antes.aspx> (acesso em 26-01-2015).

POSTER, M. Cyberdemocracy: the internet and the public sphere. In: **TREND, D. Reading Digital Culture. Massachusetts and Oxford: Blackwell Publishers, Ltd.**, 2001, p. 259-271.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Volume 9, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/153/154>. Último acesso em 17 de agosto de 2014.

RHEINGOLD, H. **The virtual community**. Reading (MA): Addison-Wesley, 1993.

_____. Habermas blows off question about the Internet and the public sphere. Smart Mobs, 5/11/2007. Acesso em 11/12/2009: <http://www.smartmobs.com/2007/11/05/habermas-blows-off-question-about-the-internet-and-the-public-sphere/>

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimientos y territorios: las mediaciones entre lo global y lo local**. Escenarios XXI, v. 14, p. 122, 2012.

SHIRKY, C. **A Cultura da Participação: Criatividade e generosidade no mundo conectado**. Editora Zahar, 2011.

SILVERSTONE, R. **Media and Morality on the rise of the Mediapolis**. Cambridge: Polity Press, 2007.

TIC Kids Online Brasil 2012: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Andreson/Downloads/Duarte%20-%20tic-kids-online-2012.pdf>

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

_____. **¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1997.

TURKLE, S. **Alone together**. Nova York: Basic Books, 2011.